

Nem tudo será anunciado hoje

O "pacote" econômico vai ser aberto amanhã na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) mas nem todo o seu conteúdo vai ser conhecido porque existem medidas fora do âmbito do colegiado. Essa informação foi colhida, através de muitos contatos com autoridades da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Segundo admitiram essas partes não será anunciados os cortes nos orçamentos das 353 empresas estatais, o que deve ocorrer na próxima semana.

As medidas que deverão ser reveladas, de acordo com os qualificados informantes, serão: o corte nos subsídios ao consumo dos derivados de petróleo, cujos preços deverão ser majorados entre 30 e 40 por cento; a antecipação, para julho, do Imposto de Renda dos bancos, para gerar recursos de 300 bilhões de cruzeiros; tributação de 3 por cento nas operações de "open market", válido apenas para as pessoas jurídicas, o empréstimo compulsório, em

aliquota ainda não definida, será cobrado apenas de pessoas jurídicas; reajuste na taxa de juros do crédito agrícola e à exportação, em percentuais ainda não inteiramente decididos (O crédito agrícola pode encarecer 15 por cento); redução da alíquota do IOF incidente sobre as operações de crédito, de 4,9 por cento para 1,5 por cento; extinção dos limites quantitativos do crédito, exceção feita às operações dos bancos oficiais com empresas estatais.

Segundo dois qualificados informantes do ministério que "morreu" a ideia do expurgo do INPC dos efeitos dos reajustes nos preços dos derivados do petróleo, trigo e açúcar. A ideia saiu de cogitação principalmente, segundo um dos informantes, porque o Presidente Figueiredo mostrou-se contrário a ela. E também porque a classe política fez muita pressão para descartar essa medida, inicialmente constante da proposta do pacote. Um outro assunto que não deverá ser objeto de exame

na reunião de amanhã do CMN é a reforma bancária, embora ele continue em estudos, de acordo com uma das fontes.

O secretário de Controle das Empresas Estatais, Nelson Mortada, informou ontem à noite que os cortes nos gastos das empresas estatais só deverão ser anunciados na próxima semana, "porque ainda estamos recalculando muitas coisas". Negou, de forma enfática, que essa redução de despesas possa chegar à cada dos 5 trilhões de cruzeiros: "isso é um boato". Sabe-se que a SEST está enfrentando enormes dificuldades para cortar os investimentos das empresas públicas.

Uma outra medida a ser anunciada amanhã pelo Palácio do Planalto, através de decreto-lei, é o corte nos privilégios concedidos aos funcionários das estatais, como a concessão de mais de 13 salários por ano e pela participação das empresas nos seus fundos de pensão, na proporção de três por um.